

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5448/2025 Projeto de Lei Executivo nº 66/2025 Mensagem nº 098/2025

PARECER

Trata-se de pedido de apreciação de constitucionalidade e legalidade de projeto de Lei complementar, proposto pelo Ilustre Prefeito Municipal de Cariacica, Euclério de Azevedo Sampaio Júnior, que "altera o caput do art.1° da Lei nº 5.127 de 27 de dezembro de 2013, instituindo novo valor ao auxílio-alimentação e dá outras providências".

Em sua mensagem, o Executivo municipal, relata que o referido projeto pretende reajustar o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Executivo Municipal, alterando-o de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para R\$ 800,00 (oitocentos reais), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Além disso, afirma o Executivo, que a proposição materializa a política de valorização do servidor público municipal, mitiga a perda do poder aquisitivo, favorece alimentação adequada durante a jornada e induz ganhos objetivos de engajamento, produtividade e qualidade do serviço prestado à população. Além disso, contribui para reduzir absenteísmo e rotatividade, tornando o Município mais competitivo na atração e retenção de talentos, e alinhando a política remuneratória às boas práticas adotadas por outras administrações.

Por fim, afirma que do ponto de vista fiscal, a medida respeita os parâmetros da responsabilidade na gestão fiscal, estando acompanhada da Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro. Registra-se, ainda, que o valor proposto foi dimensionado considerando a capacidade orçamentária do Município e a necessidade de compatibilização com as metas fiscais.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para consecução de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 ao 111.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5448/2025 Projeto de Lei Executivo nº 66/2025 Mensagem nº 098/2025

Em análise detida ao objeto da presente proposição, restou verificado que a mesma é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, eis que versa sobre a organização administrativa, conforme os artigos 53, inciso IV, 90, inciso XII, todos da Lei Orgânica Municipal de Cariacica, *in verbis*:

"Art. 53 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

ÎV – organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração;"

"Art. 90 – Ao Prefeito compete, privativamente:

(..)

XII – decidir sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;"

Não obstante, é de competência do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem acerca da organização do município. E, seguindo por analogia os termos do artigo 61, § 1º, II, "b" da Constituição Federal, utilizando-se do Princípio da Isonomia, verifica-se a competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre a matéria em apreço.

Além do mais, ressalta-se que em observação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), mormente o art. 16, que estabelece que quando da criação de despesas, o ordenador de despesas deverá apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, o que fora devidamente anexado aos autos.

Portanto, verifica-se que a proposição cumpre os requisitos necessários à sua regular tramitação e, uma vez verificados a competência do Poder Executivo para legislar sobre a matéria, opinamos pelo PROSSEGUIMENTO do presente Projeto de Lei.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5448/2025 Projeto de Lei Executivo nº 66/2025 Mensagem nº 098/2025

representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 11 de novembro de 2025.

GUSTAVO FONTANA ULIA

Procurador Jurídico

NATHALIA CARON

Matrícula nº 3985